

# PARECER HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO

**GRUPO TRANSLAURA**



# ÍNDICE

HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS  
CLASSE II – CRÉDITOS COM GARANTIA REAL

4

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8XX B6EX8 84V7Y YMKDB



## PARECER HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO

**Recuperação Judicial:** Grupo Translaura

**Processo:** 0000776-12.2023.8.16.0183

**Juízo:** Vara Cível da Comarca de São João – Estado do Paraná.

Aprioristicamente, cumpre informar que segue em anexo a **Relação Nominal de Credores da AJ-Art. 7º §2º da Lei 11.101/2005**, contemplando a relação sintética de credores e seus respectivos créditos apurados por esta Administradora Judicial na fase administrativa de verificação dos créditos. Ainda, segue pormenorizadamente no **Relatório da Fase Administrativa** anexo, a descrição individualizada de cada crédito, seus respectivos valores e o resultado das análises realizadas. Por fim, no presente **Parecer Habilitações e Divergências de Crédito**, seguem, na íntegra, as **análises realizadas por esta Administradora Judicial, das habilitações e/ou divergências apresentadas nos moldes previstos pelo artigo 7º, §1º, da Lei 11.101/2005**.

Em tempo, cumpre salientar que o “EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDITORES, TERCEIROS E INTERESSADOS COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS, NOS TERMOS DO ART. 52, § 1º DA LEI Nº 11.101/2005. RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES (CNPJ nº 30.681.500/0001-05), TRANSLAURA – TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. (CNPJ nº 33.927.775/0001-66), CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO – LTDA (CNPJ nº 36.603.327/0001-03) e CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO – LTDA (CNPJ nº 36.603.327/0002-86) – GRUPO TRANSLAURA.”, devidamente **publicado em 18/07/2023 (veiculado em 17/07/2023) no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná nº 3473 (pag. 170-171)**.

Assim sendo, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/2005, para os credores apresentarem à Administradora Judicial suas habilitações ou as suas divergências quanto aos créditos relacionados, se deu no dia **02/08/2023**.

Imperioso mencionar que houve apresentação TEMPESTIVA de habilitações/divergências de crédito, pelos seguintes credores, em consonância ao prazo previsto no artigo 7º, §1º, da Lei 11.101/2005: **Classe II – Créditos com Garantia Real: Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária Cresol Liderança – Cresol Liderança; Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu – Sicredi Iguaçu PR/SC/SP; Banco Bradesco S.A.; Banco Volkswagen S.A.; Banco Volvo (Brasil) S.A.; e Itaú Unibanco S.A.**

Ante o exposto, esta Administradora Judicial entende pertinente tecer as seguintes considerações acerca das habilitações/divergências apresentadas pelos credores supramencionados.

# 1

## **HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE II – CRÉDITOS COM GARANTIA REAL**







Fonte: <https://cresol.com.br/cresol-sobe-no-ranking-gptw-e-e-a-2a-melhor-instituicao-financeira-cooperativa-para-se-trabalhar/>

Ressalta-se ainda que, diferentemente, dos demais tipos de cooperativas, as cooperativas de crédito, como é o caso da Credora em análise, são diretamente supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e estão submetidas ao regramento estipulado por tal entidade supervisora do sistema financeiro.

Ademais na Jurisprudência em Teses do Colendo Superior Tribunal de Justiça, de modo específico, os temas ligados ao Direito Civil Bancário, edição nº 48, foram firmadas duas teses que reforçam a ideia supramencionada, conforme infra:

**4) As cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras, aplicando-se-lhes o Código de Defesa do Consumidor, nos termos da Súmula n. 297/STJ<sup>1</sup>.**

**16) As cooperativas de crédito e as sociedades abertas de previdência privada são equiparadas a instituições financeiras, inexistindo submissão dos juros remuneratórios cobrados por elas às limitações da Lei de Usura<sup>2</sup>.**

Nessa linha, cumpre realizar a interpretação sistemática e teleológica do dispositivo da LFRJ que excluiu da Recuperação Judicial os créditos firmados junto às cooperativas.

O legislador, no §13º, do art. 6º, da Lei nº 11.101/2005 dispôs que “*não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial os contratos e obrigações decorrentes dos atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas com seus cooperados, na forma do art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971*”.

Neste sentido, insta salientar que desde 2009, as cooperativas de crédito passaram a ser reguladas pela **Lei Complementar nº 130/2009**, fato que corrobora quanto a sujeição dos créditos da Cooperativa, ora credora, à recuperação judicial, eis que o legislador falimentar previu tão somente a **Lei nº 5.764/1971**, que após 2009 passou a abranger às relações cooperativistas clássicas, como

<sup>1</sup> Julgados: AgInt no AREsp 906114/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 21/10/2016; AgRg no AREsp 420686/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BOAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016; AgRg no AREsp 560792/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 01/12/2015; AgRg no REsp 1135068/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 08/09/2014; AgRg no AREsp 428231/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJe 19/12/2013; REsp 1256105/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 13/02/2017, DJe 06/03/2017.

<sup>2</sup> Precedentes: AgRg no REsp 1264108/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 19/03/2015; AgRg no REsp 1119309/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BOAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014; REsp 1141219/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 12/05/2014; AgRg no REsp 958210/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2011, DJe 06/06/2011; AREsp 288470/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, julgado em 13/10/2015, DJe 26/10/2015; AREsp 679315/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, julgado em 25/05/2015, DJe 03/06/2015. (VIDE INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA N. 539).

por exemplo a reunião de produtores rurais.

Assim sendo, os motivos trazidos pela Emenda nº 13, ao Projeto de Lei nº 6229/2005<sup>3</sup>, na Câmara dos Deputados (origem da Lei nº 14.112/20), encabeçado pelo Deputado Federal Arnaldo Jardim, enfocam justamente na tutela das cooperativas abarcadas pela Lei 5.764/71, tendo em vista que as justificativas não se coadunam à atividade bancária exercidas pelas cooperativas de crédito, tal como opera as instituições financeiras, reconhecidamente na jurisprudência pátria.

Desta forma, é possível inferir que, se assim o fosse, as justificativas também seriam direcionadas às cooperativas de que trata a Lei Complementar nº 130/09, o que não fora realizado conforme se denota pelo inteiro teor das justificativas da dita emenda.

Não obstante, convém colacionar trechos da decisão da Desembargadora Dilmari Helena Kessler do Tribunal de Justiça do Paraná (proferida 07/2023) e entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo (proferido 05/2023) acerca do tema, conforme segue respectivamente:

**“No caso concreto, as partes celebraram contratos de Cédula de Crédito Bancário (mov. 1.4 a 1.8), que não se trata de atos cooperativos típicos, para a consecução dos objetivos sociais dos cooperados, mas de verdadeira operação de mercado, com objetivo de auferir lucro, equivalente às operações realizadas pelas instituições financeiras, sujeitas, portanto, em princípio, aos efeitos da Lei nº 11.101/05. (...)”**

**Veja-se que a agravada é cooperativa de crédito, e não uma cooperativa agrícola ou de produtores, por exemplo, que são hipóteses que se enquadram na exceção legal do §13 da lei regente.** Inclusive, a própria agravada SICREDI intitula-se como a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil, logo diferencia-se das demais cooperativas de crédito e sujeita-se aos efeitos da lei de falências, consoante precedentes do STJ. (...)

Destarte, diante da aparente probabilidade do direito e do possível prejuízo ao soerguimento da recuperanda, com a manutenção da decisão agravada, **prudente sobrestar os efeitos da decisão, até um maior aprofundamento do caso”**. (Destacamos)

**“AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – “SAMMI” - IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO APRESENTADA POR COOPERATIVA DE CRÉDITO – Decisão agravada que considerou o crédito da Cooperativa de Crédito SICREDI RIO PARANÁ como extraconcursal – Inconformismo da recuperanda – Acolhimento - O caso vertente envolve crédito de cooperativa de crédito, cuja natureza e atividade não se confundem com as demais cooperativas (que são consideradas sociedades simples, não se sujeitando à falência, cf. art. 982, parágrafo único, Código Civil). Sendo cooperativa de crédito, não se lhe aplica o disposto no art. 6º, § 13, da Lei nº 11.101/2005. A cooperativa de crédito, malgrado não possa pedir recuperação judicial (art. 2º, II, Lei n. 11.101/2005), sujeita-se à intervenção, liquidação extrajudicial pelo Banco Central, além da falência (art. 1º, Lei n. 6.024/1974). A própria lei das Cooperativas (Lei nº 5.764/1971) distingue a cooperativa de “crédito” das demais, subordinando-a às normas do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (art. 18, §§ 4º e 9º; art. 103 da Lei n. 5.764/1971). E a Lei Complementar n. 130/2009, ao dispor sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, autoriza a prestação de serviços de natureza financeira (operações de crédito) a associados e a não associados, inclusive a entidades do poder**

3 Disponível em: < [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1923363&filename=Tramitacao-EMP%2013%20-%3E%20PL%206229/2005](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1923363&filename=Tramitacao-EMP%2013%20-%3E%20PL%206229/2005) >

4 AI: 0045187-10.2023.8.16.0000 TJPR, Relator: Dilmari Helena Kessler, Data de Julgamento: 17/07/2023, 17ª Câmara Cível.



**público (art. 2º, § 2º), evidenciando que a cooperativa de crédito não está regradada pela lei das cooperativas (Lei n. 5.764/1971)- Acolhimento do recurso para julgar improcedente a impugnação de crédito, devendo o crédito da cooperativa ser considerado como concursal (quirografário) - Decisão reformada – RECURSO PROVIDO”<sup>5</sup>. (Destacamos)**

Isto posto, tendo em vista a natureza jurídica “sui generis” das cooperativas de crédito, e a partir da Lei Complementar nº 130/2009, que regulamenta tais instituições e exclui a sua sujeição das disposições da Lei nº 5.764/1971, bem como com base no entendimento jurisprudencial atual, esta Administradora Judicial entende que, em relação as cédulas de crédito titularizadas da Cooperativa, ora Credora, não se enquadra a extraconcursalidade do §13º, do art. 6º, da Lei nº 11.101/2005.

Deste modo, esta Administradora Judicial passa a analisar os respectivos contratos.

Em análise da CCB n.º 5001009-2022.013009-7, esta Administradora Judicial destaca que o presente contrato possui garantia fiduciária vinculada ao negócio jurídico.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente *in verbis*:

**“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial”<sup>6</sup>. (Destacamos)**

**“Impugnação de crédito. Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios. Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/ SP. Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia. Recurso provido, com observação”<sup>7</sup>. (Destacamos)**

Deste modo, em observação a cédula de crédito bancário e da respectiva garantia, tem-se que fora estabelecido que a parcialidade do saldo devedor seria garantido através da alienação fiduciária, a saber:

5 TJ-SP - AI: 21057542820228260000 Presidente Prudente, Relator: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 23/05/2023, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 23/05/2023.

6 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.

7 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.



Cédula de Crédito Bancário n.º 5001009-2022.013009-7 no valor atualizado de **R\$ 1.206.844,81**  
(um milhão duzentos e seis mil oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos).

G - Garantias

Tipo da Garantia

01000 - AVAL

01003 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM MÓVEL-VEÍCULO

Qualificação da Garantia

01000 - CREMILSON VLADEMIR VOLPATO, brasileiro(a), MOTORISTA DE CAMINHÃO (ROTAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS), SOLTEIRO(A), nascido(a) em 19/02/1978, natural de VIDEIRA, CPF n.º 001.084.719-77, RG n.º 3146797-SSP SC, filiação CARMELITA VOLPATO e ERNESTO VOLPATO, residente e domiciliado na RUA RUA ESPERANCA, 0, Bairro CENTRO, Município SÃO JOÃO - CEP: 85570-000, endereço eletrônico cremilson.volpato@hotmail.com, união estável NÃO

01003 - Bem: CAMINHÃO, N.º Renavam: 300063, Modelo: CONSTELLATION 25.460 CTM 6X2, Marca: VOLKSWAGEN, Placa Atual: XXX-0000, Chassi: 953698TK5PR019074, Ano Fabricação: 2022, Ano Modelo: 2023, Cor Predominante: BRANCO GEADA, Combustível: DIESEL, Bem: CARRETA, N.º Renavam: 700257, Modelo: SR BA BASCULANTE GRANELEIRO, Marca: RANDON, Placa Atual: XXX-0000, Chassi: 9ADB1194NPM510141, Ano Fabricação: 2022, Ano Modelo: 2023, Cor Predominante: PRETA, Combustível: NÃO SE APLICA

Esta página é parte integrante da cédula n.º 5001009-2022.013009-7 para todos os fins e efeitos legais.

CEDULA DE CREDITO BANCARIO - FINAME

I - Cód. Cooperativa

1009 - CRESOL LIDERANCA

FL: 3/18

Número do Contrato

5001009-2022.013009-7

Condições e Obrigações

RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS INTEGRANTES DO ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Art. 51, XI, Lei 11.101/2005						
DESCRIÇÃO DO BEM	PLACA	RENAVAM	CHASSI	ANO	VALOR DE AQUISIÇÃO	CARROCEARIA
SR/FACCHINI SRP CF	AHT9E09	006966376993	53EF1373WV1000573	1998	R\$ 50.000,00	FRANCHA PORTA CONTAINER
FORD/F250 XLT F22	ASA2C65	00123050570	9BFF22C59B061525	2009	R\$ 140.000,00	CARROCERIA ABERTA
VW/24.280 CRM 6X2	BBW7F72	01142020222	953658244R820925	2018	R\$ 332.000,00	SILO/CABINES ESTENDIDA
VW/30.280 CRM 6X2	BDC4H17	01192282057	953658247R007419	2020	R\$ 360.000,00	SILO/CABINES ESTENDIDA
SR/ALFASTELL SRASB5 2E	BED4H62	01231389580	9A965225LLF9078	2020	R\$ 120.000,00	BASCULANTE
SR/ALFASTELL SRASB5 2E	BED4H80	01231389351	9A965225LLF9077	2020	R\$ 120.000,00	BASCULANTE
SR/RANDON SR CO	BEL4997	01064448173	9AD11248FM397051	2015	R\$ 70.000,00	CHASSI PORTA CONTAINER
R/RANDON RE DL 2E	RX51C85	01816834548	9ADM0452NMV502768	2022	R\$ 81.700,00	DOLLY
R/RANDON SR BA	RX51D15	01816830974	9AD80902NMV502767	2022	R\$ 163.400,00	BASCULANTE
R/RANDON SR BA RTD 2E	RX51D65	01816836719	9AD80902NMV502766	2022	R\$ 163.400,00	BASCULANTE
VOLVO/FH 460 6X2T	S052C14	01815915127	98VRG30C8NE922482	2022	R\$ 706.000,00	CABINE ESTENDIDA
VOLVO/FH 540 6X4T	S054S57	01816444462	98VRG40D0NE919318	2022	R\$ 770.000,00	CABINE ESTENDIDA
VW/25.460 CTM 6X2	S079B86	01816768761	953698TK6PR019066	2023	R\$ 645.000,00	CABINE ESTENDIDA
VW/25.460 CTM 6X2	S079C81	01820824436	953698TK5PR019074	2023	R\$ 706.000,00	CABINE ESTENDIDA
R/RANDON SR BA 1ED3E	S0V3H22	01821086889	9ADB1194NPM510141	2023	R\$ 365.700,00	BASCULANTE

Desta feita, após a verificação da aludida cédula, tem-se o seguinte cenário:

Cédula de Crédito Bancário	Valor total atualizado	Valor do bem dado em garantia	Valor remanescente
5001009-2022.013009-7	R\$ 1.206.844,81	R\$ 1.071.700,00	R\$ 135.144,81
Total			R\$ 135.144,81

Veja-se que, conforme mencionado alhures, em que pese os contratos em análise possuam alienação fiduciária de bem móvel, parte do importe oriundo dos contratos é concursal, pois o valor da garantia não cobre o valor total do débito de seus respectivos contratos, devendo o valor remanescente ser habilitado na Classe III – Créditos Quirografários.

Neste sentido, leciona o Doutrinador Marcelo Barbosa Sacramone:

“(…). Na disciplina da propriedade fiduciária sobre bem móvel infungível, regulada pelo art. 1.366 do Código Civil, e sobre bem móvel fungível, regulada pela Lei do Mercado de Capitais, quando vendida obrigatoriamente a coisa móvel e o produto não bastar para o pagamento da dívida e das despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo restante. **O valor do crédito remanescente, entretanto, não possui qualquer privilégio em relação aos demais, de modo que se sujeita aos efeitos da recuperação judicial como crédito quirografário, caso não**

**possua outra garantia.”<sup>8</sup>(Destacamos)**

Ainda, no que tange as Cédulas de Crédito Bancária ns.º 5001009-2022.014826-3 e 5001009-2022.014791-9, esta Administradora Judicial informa que esses não possuem nenhuma garantia acordada pelas partes no momento de sua pactuação, assim sendo, uma vez que o referido título não possui qualquer garantia real, devem ser reclassificadas como Crédito Quirografário (Classe III), mantendo o valor atualizado até a data do pedido de recuperação judicial de **R\$ 43.593,69 (quarenta e três mil quinhentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos)**, discriminado da seguinte forma:

Cédula de Crédito Bancário	Valor total atualizado
5001009-22022.014826-3	R\$ 33.027,57
5001009-2022.014791-9	R\$ 10.566,12
<b>Total</b>	<b>R\$ 43.593,69</b>

Desta maneira, em análise dos referidos instrumentos e das respectivas planilhas de débitos, verifica-se que o Credor observou a limitação de aplicação de correção monetária imposta pelo art. 9º, inc. II, da Lei 11.101/2005, culminando no valor requerido.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória entregue pelo Credor e as Recuperandas, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada, sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade e retificado a monta concursal para o importe de **R\$ 178.738,50 (cento e setenta e oito mil setecentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

## **1.2 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO – Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu – Sicredi Iguaçu PR/SC/SP**

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.686.417,70	Exclusão do Crédito	R\$ 233.859,79

O Credor Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu – Sicredi Iguaçu PR/SC/SP apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão dos valores de sua titularidade por se tratar de operações garantidas por alienação fiduciária, bem como devido a configuração de ato cooperativo de determinadas operações.

Assim, alega que, fora relacionado em seu favor os seguintes contratos garantidos por alienação fiduciária: C20432276-2, C20431351-8, C20431667-3, C20431701-7, C10430517-3, C10430637-4 e B90431866-2, e no que tange a contrato celebrado através de ato cooperativo, indicou que o C104331425-3. Desta forma, requereu que todos os contratos em pauta sejam abordados como créditos extraconcursais não sujeitos a recuperação judicial, conforme preceitua o art. 6º, §13º e 49, § 3º, ambos da Lei 11.101/2005.

Ainda, além dos contratos supramencionados, ressaltou que o contrato C10430519-0 foi

8  
226  
Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência/Marcelo Barbosa Sacramone. 4ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. Pág.

devidamente quitado pela devedora, não restando maiores valores a serem habilitados nos autos de recuperação judicial provenientes desse instrumento.

Pois bem.

Em análise aos contratos supramencionados garantidos por alienação fiduciária, esta Administradora Judicial faz os seguintes esclarecimentos:

i) **CCB n.º B90431866-2** garantido pelos seguintes bens: I) Carroceria silo graneleiro, marca Triel-HT, série PW06EAECHANA0000H08; II) Carroceria silo graneleiro, marca Triel-HT, série PF1506EAECHRB0000L16 e III) Carroceria silo graneleiro, marca Triel-HR, série NIEVRS0HT12032J04923;

ii) **CCB n.º C10430517-3** garantido pelo seguinte bem: Ford F-250, placa: ASA2C65, renavam 00123050570 e chassi 9BFFF22C59B061525;

iii) **CCB n.º C10430637-4** garantido pelo seguinte bem: Silo Graneleiro Triel-HT, modelo Mega Power e série MW2107EFECHANL0000B14;

iv) **CCB n.º C20431351-8** garantido pelos seguintes bens: I) Kit 2 eixo direcional acoplado no veículo de placa BBW7f72, renavam 01142022622 e chassi 953658244JR820925; II) 24.280, diesel, branca, marca Volkswagen, renavam 01142022622, placa BBW-7F72 e chassi 953658244JR820925; e III) 30.280, diesel, branca, marca Volkswagen, renavam 01192282067, placa: BDC-4H17 e chassi 953658247LR007419;

v) **CCB n.º C20431667-3** garantido pelos seguintes bens: I) Dolly para comboio com pneus, marca Randon, modelo Dlot e chassi 9ADM0452NNM502768; II) Semirreboque Rodotrem Basculante Diant., diesel, marca Randon, modelo SRRTBA e chassi 9ADB0902NNM502766 e III) Semirreboque Rodotrem Basculante Tras, diesel, marca Randon, modelo SRRTBATR e chassi 9ADB0902NNM502767;

vi) **CCB n.º C20432276-2** garantido pelo seguinte bem: Semirreboque, randon, marca randon, placa BEL-4997 e chassi 9ADJ1243FFM397051; e

vii) **CCB n.º C20431701-7** garantido pelos seguintes bens: I) Car/S. Reboque, marca SR/Alfasteel SRASBS, renavam 01231389351, placa BED-4H80 e chassi 9A9BS225LL1FJ9077 e II) Car/S. Reboque, marca SR/Alfasteel SRASBS 2E, placa BED-4H62 e chassi 9A9BS225LL1FJ9078.

Assim, em análise das Cédulas de Crédito Bancárias celebradas entre as partes, esta Administradora Judicial destaca que, essas possuem garantias fiduciárias vinculada àqueles negócios jurídicos e, por possuírem garantia de alienação fiduciária, faz-se necessário tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente *in verbis*:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.** CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA

DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. **SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial**<sup>9</sup>. (Destacamos)

“Impugnação de crédito. **Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios.** Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/SP. **Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia. Recurso provido, com observação**<sup>10</sup>. (Destacamos)

Deste modo, em observação as Cédulas de Créditos Bancários e das respectivas garantias, tem-se que fora estabelecido que a parcialidade do saldo devedor seria garantido através das alienações fiduciárias, a saber:

Cédula de Crédito Bancário n.º **B90431866-2** com valor total do débito de **R\$ 46.937,18 (quarenta e seis mil novecentos e trinta e sete reais e dezoito centavos):**

**ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA:** O FIDUCIANTE abaixo qualificado dá e Alienação Fiduciária, nos termos da legislação vigente, o(s) bem(ns) abaixo discriminado(s). O FIDUCIANTE, em face da garantia ora constituída fica ciente de que mantém o(s) bem(ns) em sua posse na condição de depositário, obrigando-se a guardá-lo(s) e conservá-lo(s), defendendo-o(s) da turbacão ou esbulho de terceiros. Fica ciente, também, que a violação ao compromisso de fiel depositário pode importar prisão civil, a se determinada pelo Juízo competente.

Bem(ns) ALIENADO(S) FIDUCIARIAMENTE de propriedade do ASSOCIADO FIDUCIANTE.

**DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS) ALIENADO(S) FIDUCIARIAMENTE:**  
Carroceria silo graneleiro marca TRIEL-HT, modelo mega em aço, comprimento 9 metros, 8 compartimentos, com acionamento hidráulico, fabricado em 08/2008, série PWD6EAECHANAD000H08, reformado para aumento de capacidade de carga para 23 toneladas. e Carroceria silo graneleiro marca TRIEL-HT modelo pratique em aço, comprimento 7,35 metros com 6 compartimentos acionamento mecânico, fabricado em 12/2016, série PF1506EAECHRBAA000D16 com capacidade de 15 toneladas. Carroceria silo graneleiro marca TRIEL-HT modelo pratique em aço, comprimento 8,30 metros com 7 compartimentos acionamento mecânico, fabricado em 12/2018, código NIEV RSOHT12032J04923.

Continua Próxima Página

01- (uma) Carroceria silo graneleiro marca TRIEL-HT modelo pratique – em aço – comprimento 8,30 metros, 7 compartimentos, com acionamento mecânico – capacidade 19 toneladas. Ano de fabricação 12/2018, código niev RSOHT12032J04923 (não possui número de série), em perfeito estado de conservação está avaliado em R\$ 53.000,00 - Vida útil estimado 10 anos.

9 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.  
10 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.



01- (uma) Carroceria silo graneleiro marca TRIEL-HT modelo pratique – em aço – comprimento 7,35 metros, 6 compartimentos, com acionamento mecânico – capacidade 15 toneladas. Ano de fabricação 12/2016, número de série PF1506EAECHRBA0000L16, em perfeito estado de conservação está avaliado em R\$ 35.000,00 - Vida útil estimado 10 anos.

01- (uma) Carroceria silo graneleiro marca TRIEL-HT modelo mega – em aço – comprimento 9,00 metros, 8 compartimentos, com acionamento hidráulico – capacidade 23 toneladas. Ano de fabricação 08/2008 (reformado e aumentado capacidade de carga), número de série PWO6EAECHANA0000H08, em perfeito estado de conservação está avaliado em R\$ 51.000,00 - Vida útil estimado 7 anos.

Cédula de Crédito Bancário n.º **C10430517-3** com valor total do débito de **R\$ 90.001,57 (noventa mil um real e cinquenta e sete centavos):**

1. O proprietário abaixo qualificado dá em Alienação Fiduciária, nos termos do artigo 55 da Lei 10.931/04 e do Decreto-Lei 911/69, os bens abaixo discriminados.

Em caso de veículos automotores, o EMITENTE, deve se dirigir imediatamente ao Centro de Registro de Veículos Automotores - CRVA para a emissão de novos documentos do veículo (CRV/CRLV), sob pena de impossibilitar a posterior baixa do gravame, conforme normas do respectivo DETRAN.

Proprietário: CREMILSON VIADEMIR VOLPATTO LTDA

Descrição: FORD F-250 CD XLT 4X2 3.9 TB-ELETR 4 2008/2009 Chassi: 9BFFF22C59B061525 Placa: ASA2C65 Renavam: 00123050570  
Local de Depósito: SÃO JOÃO - PR

Fonte: <http://veiculos.fipe.org.br?carro/ford/9-2023/003308-1/2008/d/hnk4wyfhyz54>

Mês de referência:	setembro de 2023
Código Fipe:	003308-1
Marca:	Ford
Modelo:	F-250 XLT 3.9 4x2 CD TB Diesel
Ano Modelo:	2008 Diesel
Autenticação	hnk4wyfhyz54
Data da consulta	terça-feira, 5 de setembro de 2023 17:52
Preço Médio	R\$ 140.942,00

Cédula de Crédito Bancário n.º **C10430637-4** com valor total do débito de **R\$ 52.766,82**  
(cinquenta e dois mil setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos):

GARANTIAS - Em garantias do adimplemento dos compromissos assumidos nesta Cédula de Crédito Bancário, são constituídas as garantias cedulares abaixo:

**ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA:** O FIDUCIANTE abaixo qualificado dá em Alienação Fiduciária, nos termos da legislação vigente, o(s) bem(ns) abaixo discriminado(s). O FIDUCIANTE, em face da garantia ora constituída, fica ciente de que mantém o(s) bem(ns) em sua posse na condição de depositário, obrigando-se a guardá-lo(s) e conservá-lo(s), defendendo-o(s) da turbacão ou esbulho de terceiros.

Bem(ns) **ALIENADO(S) FIDUCIARIAMENTE** de propriedade do ASSOCIADO FIDUCIANTE.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(INS) ALIENADO(S) FIDUCIARIAMENTE:  
**SILÓ GRANELEIRO TRIEL-HT, ANO 2014, MODELO MEGA POWER**  
NUMERO DE SERIE: **MW2107EFECHANL0000B14**, CAPACIDADE 33M³  
VALOR R\$80.000,00.

**DECLARAÇÃO**

METAL TRUCK MANUTENÇÕES EIRELI, com sede na Rua Tapuias, 510 Jardim Belo Horizonte - Medianeira PR, inscrita no CNPJ: 40.114.079/0001-04, somos especializados em manutenções e reforma de silos graneleiros. Venho por meio desta informar que avaliamos 1 (um) silo Graneleiro da marca TRIEL-HT, ano 2014, modelo: mega power, número de serie: MW2107EFECHANL0000B14, com capacidade de carga 33 m³ no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Avaliado para empresa: TRANSLAURA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.  
CNPJ: 33.927.775/0001-66

Cédula de Crédito Bancário n.º **C204331351-8** com valor total do débito de **R\$ 723.349,23**  
(setecentos e vinte e três mil trezentos e quarenta e nove reais e vinte e três centavos):

GARANTIAS - Em garantias do adimplemento dos compromissos assumidos nesta Cédula de Crédito Bancário, são constituídas as garantias cedulares abaixo:

**ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA:** O FIDUCIANTE abaixo qualificado dá em Alienação Fiduciária, nos termos da legislação vigente, o(s) bem(ns) abaixo discriminado(s). O FIDUCIANTE, em face da garantia ora constituída, fica ciente de que mantém o(s) bem(ns) em sua posse na condição de depositário, obrigando-se a guardá-lo(s) e conservá-lo(s), defendendo-o(s) da turbacão ou esbulho de terceiros.

Bem(ns) **ALIENADO(S) FIDUCIARIAMENTE** de propriedade do ASSOCIADO FIDUCIANTE.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(INS) ALIENADO(S) FIDUCIARIAMENTE:  
**KIT 3 RIMO DIRECIONAL ACOPLADO NO VEICULO DE PLACA BHW-7F72, CHASSI 953658244JR820925, RENAVAM 01142022622.**

**24.280, DIESEL, BRANCA,** Marca VOLKSWAGEN, Ano Fab. 2017, Ano Mod. 2018, Chassi: 953658244JR820925, Renavam 01142022622, **Placa BHW-7F72**, Cilindrada 275

**30.280, DIESEL, BRANCA,** Marca VOLKSWAGEN, Ano Fab. 2019, Ano Mod. 2020, Chassi: 953658247LR007419, Renavam 01192282067, **Placa BDC-4H1**, Cilindrada 277.

RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS INTEGRANTES DO ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Art. 51, XI, Lei 11.101/2005							
DESCRIÇÃO DO BEM	PLACA	RENAVAM	CHASSI	ANO	VALOR DE AQUISIÇÃO	CARROCERIA	E
3. SR/FACCHINI SRF CF	AHT9E09	00696637693	93EF1373WW1000579	1998	R\$ 50.000,00	PRANCHETA PORTA CONTAINER	4
3. FORD/F250 XLT F22	ASA2C65	00123050570	9BFF22C39B061525	2009	R\$ 140.000,00	CARROCERIA ABERTA	4
3. VW/24.280 CRM BX2	BHW7772	01142022622	953658244JR820925	2018	R\$ 332.000,00	SILÓ/CABINES ESTENDIDA	4
3. VW/30.280 CRM BX2	BDC4H17	01192282067	953658247LR007419	2020	R\$ 380.000,00	SILÓ/CABINES ESTENDIDA	4
3. SR/ALFASLITE SRASB5 2E	BED4H62	01231389580	9AB85225L1F9078	2020	R\$ 120.000,00	BASCULANTE	4

Cédula de Crédito Bancário n.º **C20431667-3** com valor total do débito de **R\$ 490.830,13** (quatrocentos e noventa mil oitocentos e trinta reais e treze centavos):

GARANTIAS - Em garantias do adimplemento dos compromissos assumidos nesta Cédula de Crédito Bancário, são constituídas as garantias cedulares abaixo:	
ALIEAÇÃO FIDUCIÁRIA:	O FIDUCIANTE abaixo qualificado dá em Alienação Fiduciária, nos termos da legislação vigente, o(s) bem(ns) abaixo discriminado(s). O FIDUCIANTE, em face da garantia ora constituída fica ciente de que mantém o(s) bem(ns) em sua posse na condição de depositário, obrigando-se a guardá-lo(s) e conservá-lo(s), defendendo-o(s) da turbção ou esbulho de terceiros.
Bem(ns) ALIENADO(S) FIDUCIARIAMENTE de propriedade do ASSOCIADO FIDUCIANTE.	
DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS) ALIENADO(S) FIDUCIARIAMENTE:	
- Dolly para comboio com pneus, Marca Randon, Modelo: DLOT CHASSI 9ADM0452NNM502768, Ano Fab./Ano Mod. 2022, cor preta.	
- SEMIRREBOQUE RODOTREM BASCULANTE DIANT, DIESEL, PRETA, Marca RANDON, Modelo SRRTBA Ano Fab. 2022, Ano Mod.2022, Chassi 9ADB0902NNM502766 e	
- SEMIRREBOQUE RODOTREM BASCULANTE TRAS, DIESEL, PRETA, Marca RANDON, Modelo SRRTBATR, Ano Fab. 2022, Ano Mod. 2022, Chassi 9ADB0902NNM502767	

RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS INTEGRANTES DO ATIVO NÃO CIRCULANTE									
Art. 51, XI, Lei 11.101/2005									
DESCRIÇÃO DO BEM	PLACA	RENAVAM	CHASSI	ANO	VALOR DE AQUISIÇÃO	CARROCEIRA			
1. SR/FACCHINI SR CF	AHT9E09	00696637693	93E1373VW1000573	1998	R\$ 50.000,00	PRANCHA PORTA CONTAINER			
2. FORD/F250 XLT F22	ASA2C65	00123050570	9BFF22C598061525	2009	R\$ 140.000,00	CARROCEIRA ABERTA			
3. VW/24.280 CRM 6X2	8BW7772	01142022622	953658244R820925	2018	R\$ 332.000,00	SILO/CABINES ESTENDIDA			
4. VW/30.280 CRM 6X2	8DC4H17	01192282067	953658247R007419	2020	R\$ 360.000,00	SILO/CABINES ESTENDIDA			
5. SR/ALFASTELL SRAS85 2E	8ED4H62	01231389580	9A885225LL1F9078	2020	R\$ 120.000,00	BASCULANTE			
6. SR/ALFASTELL SRAS85 2E	8ED4H80	01231389581	9A885225LL1F9077	2020	R\$ 120.000,00	BASCULANTE			
7. SR/RANDON SR CO	BEL4997	01064448175	9ADJ1243FFM397051	2015	R\$ 70.000,00	CHASSI PORTA CONTAINER			
8. SR/RANDON SR CO 2E	RKSLC85	01316830974	9ACB0902NNM502768	2021	R\$ 81.700,00	DOLY			
9. SR/RANDON SR BA	RKSLC15	01316830974	9ACB0902NNM502767	2021	R\$ 169.400,00	BASCULANTE			
10. SR/RANDON SR BA RTD3E	RKSLD85	01316830974	9ACB0902NNM502766	2021	R\$ 169.400,00	BASCULANTE			

Cédula de Crédito Bancário n.º **C20432276-2** com valor total do débito de **R\$ 71.809,94** (setenta e um mil oitocentos e nove reais e noventa e quatro centavos):

GARANTIAS - Em garantias do adimplemento dos compromissos assumidos nesta Cédula de Crédito Bancário, são constituídas as garantias cedulares abaixo:	
ALIEAÇÃO FIDUCIÁRIA:	O FIDUCIANTE abaixo qualificado dá em Alienação Fiduciária, nos termos da legislação vigente, o(s) bem(ns) abaixo discriminado(s). O FIDUCIANTE, em face da garantia ora constituída fica ciente de que mantém o(s) bem(ns) em sua posse na condição de depositário, obrigando-se a guardá-lo(s) e conservá-lo(s), defendendo-o(s) da turbção ou esbulho de terceiros.
Bem(ns) ALIENADO(S) FIDUCIARIAMENTE de propriedade do ASSOCIADO FIDUCIANTE.	
DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS) ALIENADO(S) FIDUCIARIAMENTE:	
SEMI-REBOQUE RANDON, NENHUM, PRETA, Marca RANDON, Ano Fab. 2015, Ano Mod. 2015, Chassi 9ADJ1243FFM397051, Renavam 01064448175, Placa BEL-4997, Cilindrada 0.	

RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS INTEGRANTES DO ATIVO NÃO CIRCULANTE									
Art. 51, XI, Lei 11.101/2005									
DESCRIÇÃO DO BEM	PLACA	RENAVAM	CHASSI	ANO	VALOR DE AQUISIÇÃO	CARROCEIRA			
1. SR/FACCHINI SR CF	AHT9E09	00696637693	93E1373VW1000573	1998	R\$ 50.000,00	PRANCHA PORTA CONTAINER			
2. FORD/F250 XLT F22	ASA2C65	00123050570	9BFF22C598061525	2009	R\$ 140.000,00	CARROCEIRA ABERTA			
3. VW/24.280 CRM 6X2	8BW7772	01142022622	953658244R820925	2018	R\$ 332.000,00	SILO/CABINES ESTENDIDA			
4. VW/30.280 CRM 6X2	8DC4H17	01192282067	953658247R007419	2020	R\$ 360.000,00	SILO/CABINES ESTENDIDA			
5. SR/ALFASTELL SRAS85 2E	8ED4H62	01231389580	9A885225LL1F9078	2020	R\$ 120.000,00	BASCULANTE			
6. SR/ALFASTELL SRAS85 2E	8ED4H80	01231389581	9A885225LL1F9077	2020	R\$ 120.000,00	BASCULANTE			
7. SR/RANDON SR CO	BEL4997	01064448175	9ADJ1243FFM397051	2015	R\$ 70.000,00	CHASSI PORTA CONTAINER			



Cédula de Crédito Bancário n.º **C20431701-7** com valor total do débito de **R\$ 261.941,85** (duzentos e sessenta e um mil novecentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos):

GARANTIAS - Em garantias do adimplemento dos compromissos assumidos nesta Cédula de Crédito Bancário, são constituídas as garantias cederas abaixo:	
ALIEAÇÃO FIDUCIÁRIA: O FIDUCIANTE abaixo qualificado dá em Alienação Fiduciária, nos termos da legislação vigente, o(s) bem(ns) abaixo discriminado(s). O FIDUCIANTE, em face da garantia ora constituída fica ciente de que mantém o(s) bem(ns) em sua posse na condição de depositário, obrigando-se a guardá-lo(s) e conservá-lo(s), defendendo-o(s) da turbação ou esbulho de terceiros.	
Bem(ns) ALIEADO(S) FIDUCIARIAMENTE de propriedade do ASSOCIADO FIDUCIANTE.	
DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS) ALIEADO(S) FIDUCIARIAMENTE: - CAR/S.REBOQUE/BASCULANTE, CINZA, Marca SR/ALFASTEEL SRASBS 2E, Ano Fab. 2020, Ano Mod. 2020, Chassi 9A9BS225LL1FJ9077, Renavam 01231389351, Placa BED-4H80, Cilindrada 0; - CAR/S.REBOQUE/BASCULANTE, CINZA, Marca SR/ALFASTEEL SRASBS 2E, Ano Fab. 2020, Ano Mod. 2020, Chassi 9A9BS225LL1FJ9078, Renavam 01231389580, Placa BED-4H62, Cilindrada 0.	

RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS INTEGRANTES DO ATIVO NÃO CIRCULANTE									
Art. 51, XI, Lei 11.101/2005									
DESCRIÇÃO DO BEM	PLACA	RENAVAM	CHASSI	ANO	VALOR DE AQUISIÇÃO	CARROTERIA	ES		
SA/TACCHINI SR CF	AH7909	0086637893	33EF1373WW1000573	1998	R\$ 50.000,00	PRANCHA PORTA CONTEINER	C		
FORD/F250 XLT F22	A3A2C65	00123050570	38FF22C58B061325	2009	R\$ 140.000,00	CARROCERIA ABERTA	C		
VW/24.280 CRM 6X2	88W7F72	01142022622	953658244/R820925	2018	R\$ 832.000,00	SIL/CABINES ESTENDIDA	C		
VW/30.280 CRM 6X2	80C4=17	01192282067	953658247/R007419	2020	R\$ 360.000,00	SIL/CABINES ESTENDIDA	C		
SR/ALFASTEEL SRASBS 2E	BED4H62	01231389580	9A9BS225LL1FJ9078	2020	R\$ 120.000,00	BASCULANTE	C		
SR/ALFASTEEL SRASBS 2E	BED4H80	01231389351	9A9BS225LL1FJ9077	2020	R\$ 120.000,00	BASCULANTE	C		

Desta feita, após a verificação dos aludidos contratos, tem-se o seguinte cenário:

Cédula de Crédito Bancário	Valor total atualizado	Valor do bem dado em garantia	Valor remanescente
B90431866-2	R\$ 46.937,18	R\$ 139.000,00	-
C10430517-3	R\$ 90.001,57	R\$ 140.942,00	-
C10430637-4	R\$ 52.766,82	R\$ 80.000,00	-
C204331351-8	R\$ 723.349,23	R\$ 692.000,00	R\$ 31.349,23
C20431667-3	R\$ 490.830,13	R\$ 408.500,00	R\$ 82.330,13
C20432276-2	R\$ 71.809,94	R\$ 70.000,00	R\$ 1.809,94
C 20431701-7	R\$ 261.941,85	R\$ 240.000,00	R\$ 21.941,85
Total	R\$ 1.737.636,72		R\$ 137.431,15

Veja-se que, conforme mencionado alhures, em que pese os contratos em análise possuam alienação fiduciária de bem móvel, parte do importe oriundo dos contratos é concursal, pois o valor da garantia não cobre o valor total do débito de seus respectivos contratos, devendo o valor remanescente ser habilitado na Classe III – Créditos Quirografários.

Neste sentido, leciona o Doutrinador Marcelo Barbosa Sacramone:

“(…). Na disciplina da propriedade fiduciária sobre bem móvel infungível, regulada pelo art. 1.366 do Código Civil, e sobre bem móvel fungível, regulada pela Lei do Mercado de Capitais, quando vendida obrigatoriamente a coisa móvel e o produto não bastar para o pagamento da dívida e das despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo restante. **O valor do crédito remanescente, entretanto, não possui qualquer privilégio em relação aos demais, de modo que se sujeita aos efeitos da recuperação judicial como crédito quirografário, caso não possua outra garantia.**”<sup>11</sup>(Destacamos)

11 Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência/Marcelo Barbosa Sacramone. 4ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. Pág. 226

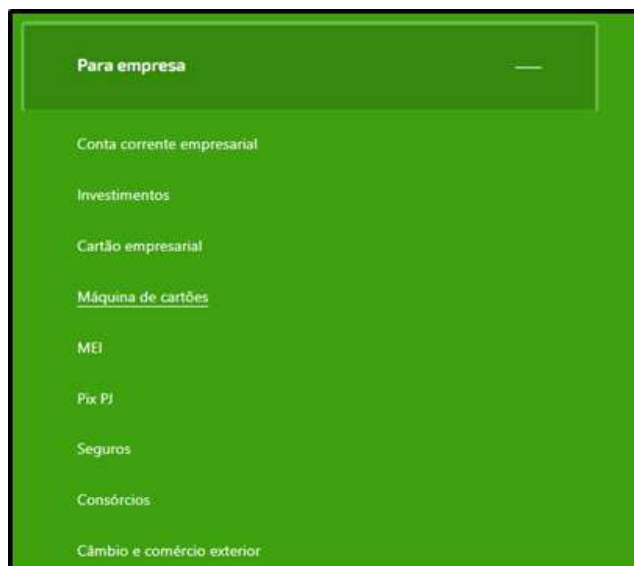
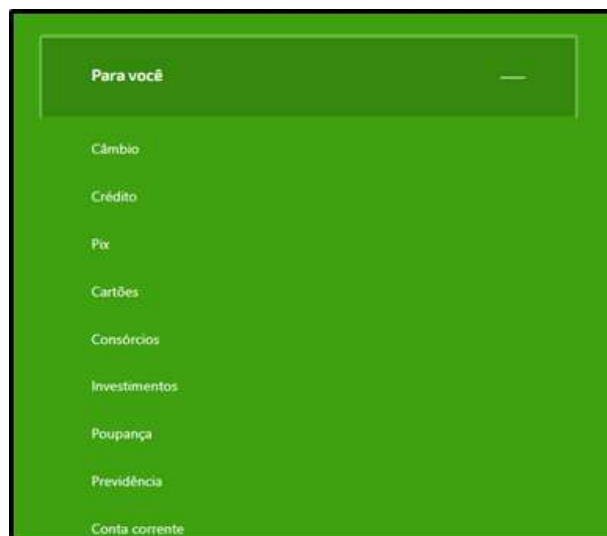
Noutro ponto, com relação ao **Contrato C10430519-0**, fora informado pelo Credor que este teria sido liquidado pelas Recuperandas, inexistindo valores a serem habilitados dali provenientes, razão pela qual esta AJ promoverá sua exclusão da Relação Nominal de Credores.

No que tange ao **Contrato C10431425-3**, a AJ esclarece que, o novel dispositivo §13º, do art. 6º, da Lei nº 11.101/2005, em sua primeira parte, prevê a exclusão da recuperação judicial dos créditos derivados de contratos firmados entre cooperativas e seus associados, caracterizados como atos cooperativos na forma do art. 79, da Lei nº 5.764/71.

Ocorre que a redação do mencionado dispositivo não é suficientemente clara quanto à exclusão de créditos decorrentes de operações contratadas junto a cooperativas de crédito.

Isso porque, atualmente, muito se aborda acerca da natureza de instituição financeira das cooperativas de crédito que, em que pese se revistam da “essência cooperativista”, por vezes ofertam operações de mercado, com objetivo de auferir lucro, equivalente às operações realizadas pelas instituições financeiras.

Não se questiona quanto aos fins sociais da cooperativa de crédito ora impugnante. Contudo, em especial ao objetivo, denota-se a semelhança em relação as instituições financeiras, uma vez que, dentre os serviços ofertados pela Cooperativa se destaca a administração de recursos, empréstimos, consórcios, seguros e obtenção de recursos financeiros externos, conforme infra:



Fonte: <https://www.sicredi.com.br/home/para-empresa/>

Ressalta-se ainda que, diferentemente, dos demais tipos de cooperativas, as cooperativas de crédito, como é o caso da Credora em análise, são diretamente supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e estão submetidas ao regramento estipulado por tal entidade supervisora do sistema financeiro. Assim, tem-se que a referida Credor traz a seguinte garantia:

**“Os sistemas cooperativos de crédito integram o Sistema Financeiro Nacional e são regidos por normas operacionais e prudenciais aplicadas pelo Banco Central, assim como ocorre com as demais Instituições Financeiras. Todos os depósitos das cooperativas são assegurados pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que cobre até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ (em caso de conta conjunta, dividido pelo número de titulares) em casos de decretação de liquidação –”, mesmo valor de cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) em relação aos depósitos bancários, na hipótese de liquidação de um banco comercial”<sup>12</sup>.** (destacamos)

Ademais na Jurisprudência em Teses do Colendo Superior Tribunal de Justiça, de modo específico, os temas ligados ao Direito Civil Bancário, edição nº 48, foram firmadas duas teses que reforçam a ideia supramencionada, conforme infra:

**4) As cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras, aplicando-se-lhes o Código de Defesa do Consumidor, nos termos da Súmula n. 297/STJ**<sup>13</sup>.

**16) As cooperativas de crédito e as sociedades abertas de previdência privada são equiparadas a instituições financeiras, inexistindo submissão dos juros remuneratórios cobrados por elas às limitações da Lei de Usura**<sup>14</sup>.

Nessa linha, cumpre realizar a interpretação sistemática e teleológica do dispositivo da LFRJ que excluiu da Recuperação Judicial os créditos firmados junto às cooperativas.

O legislador, no §13º, do art. 6º, da Lei nº 11.101/2005 dispôs que “*não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial os contratos e obrigações decorrentes dos atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas com seus cooperados, na forma do art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971*”.

Neste sentido, insta salientar que desde 2009, as cooperativas de crédito passaram a ser reguladas pela **Lei Complementar nº 130/2009**, fato que corrobora quanto a sujeição dos créditos da Cooperativa, ora Credora, à recuperação judicial, eis que o legislador falimentar previu tão somente a **Lei nº 5.764/1971**, que após 2009 passou a abranger às relações cooperativistas clássicas, como por exemplo a reunião de produtores rurais.

Assim sendo, os motivos trazidos pela Emenda nº 13, ao Projeto de Lei nº 6229/2005<sup>15</sup>, na Câmara dos Deputados (origem da Lei nº 14.112/20), encabeçado pelo Deputado Federal Arnaldo Jardim, enfocam justamente na tutela das cooperativas abarcadas pela Lei 5.764/71, tendo em vista que as justificativas não se coadunam à atividade bancária exercidas pelas cooperativas de crédito,

<sup>12</sup> <https://www.sicredi.com.br/site/sobre-nos/>

<sup>13</sup> Julgados: AgInt no AREsp 906114/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 21/10/2016; AgRg no AREsp 420686/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016; AgRg no AREsp 560792/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 01/12/2015; AgRg no REsp 1135068/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 08/09/2014; AgRg no AREsp 428231/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJe 19/12/2013; REsp 1256105/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 13/02/2017, DJe 06/03/2017.

<sup>14</sup> Precedentes: AgRg no REsp 1264108/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 19/03/2015; AgRg no REsp 1119309/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014; REsp 1141219/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 12/05/2014; AgRg no REsp 958210/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2011, DJe 06/06/2011; AREsp 288470/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, julgado em 13/10/2015, DJe 26/10/2015; AREsp 679315/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, julgado em 25/05/2015, DJe 03/06/2015. (VIDE INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA N. 539).

<sup>15</sup> Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codeor=1923363&filename=Tramitacao-EMP%2013%20=%3E%20PL%206229/2005](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codeor=1923363&filename=Tramitacao-EMP%2013%20=%3E%20PL%206229/2005)>

tal como opera as instituições financeiras, reconhecidamente na jurisprudência pátria.

Desta forma, é possível inferir que, se assim o fosse, as justificativas também seriam direcionadas às cooperativas de que trata a Lei Complementar nº 130/09, o que não fora realizado conforme se denota pelo inteiro teor das justificativas da dita emenda.

Não obstante, convém colacionar trechos da decisão da Desembargadora Dilmari Helena Kessler do Tribunal de Justiça do Paraná (proferida 07/2023) e entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo (proferido 05/2023) acerca do tema, conforme segue respectivamente:

**“No caso concreto, as partes celebraram contratos de Cédula de Crédito Bancário (mov. 1.4 a 1.8), que não se trata de atos cooperativos típicos, para a consecução dos objetivos sociais dos cooperados, mas de verdadeira operação de mercado, com objetivo de auferir lucro, equivalente às operações realizadas pelas instituições financeiras, sujeitas, portanto, em princípio, aos efeitos da Lei nº 11.101/05. (...)”**

**Veja-se que a agravada é cooperativa de crédito, e não uma cooperativa agrícola ou de produtores, por exemplo, que são hipóteses que se enquadram na exceção legal do §13 da lei regente.** Inclusive, a própria agravada SICREDI intitula-se como a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil, logo diferencia-se das demais cooperativas de crédito e sujeita-se aos efeitos da lei de falências, consoante precedentes do STJ. (...)

Destarte, diante da aparente probabilidade do direito e do possível prejuízo ao soerguimento da recuperanda, com a manutenção da decisão agravada, **prudente sobrestar os efeitos da decisão, até um maior aprofundamento do caso<sup>16</sup>**. (Destacamos)

**“AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – “SAMMI” – IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO APRESENTADA POR COOPERATIVA DE CRÉDITO – Decisão agravada que considerou o crédito da Cooperativa de Crédito SICREDI RIO PARANÁ como extraconcursal – Inconformismo da recuperanda – Acolhimento - O caso vertente envolve crédito de cooperativa de crédito, cuja natureza e atividade não se confundem com as demais cooperativas (que são consideradas sociedades simples, não se sujeitando à falência, cf. art. 982, parágrafo único, Código Civil). Sendo cooperativa de crédito, não se lhe aplica o disposto no art. 6º, § 13, da Lei nº 11.101/2005. A cooperativa de crédito, malgrado não possa pedir recuperação judicial (art. 2º, II, Lei n. 11.101/2005), sujeita-se à intervenção, liquidação extrajudicial pelo Banco Central, além da falência (art. 1º, Lei n. 6.024/1974). A própria lei das Cooperativas (Lei nº 5.764/1971) distingue a cooperativa de “crédito” das demais, subordinando-a às normas do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (art. 18, §§ 4º e 9º; art. 103 da Lei n. 5.764/1971). E a Lei Complementar n. 130/2009, ao dispor sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, autoriza a prestação de serviços de natureza financeira (operações de crédito) a associados e a não associados, inclusive a entidades do poder público (art. 2º, § 2º), evidenciando que a cooperativa de crédito não está regida pela lei das cooperativas (Lei n. 5.764/1971)- Acolhimento do recurso para julgar improcedente a impugnação de crédito, devendo o crédito da cooperativa ser considerado como concursal (quirografário) - Decisão reformada – RECURSO PROVIDO”<sup>17</sup>.** (Destacamos)

16 AI: 0045187-10.2023.8.16.0000 TJPR, Relator: Dilmari Helena Kessler, Data de Julgamento: 17/07/2023, 17ª Câmara Cível.

17 TJ-SP - AI: 21057542820228260000 Presidente Prudente, Relator: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 23/05/2023, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 23/05/2023.

Isto posto, tendo em vista a natureza jurídica “*sui generis*” das cooperativas de crédito, e a partir da Lei Complementar nº 130/2009, que regulamenta tais instituições e exclui a sua sujeição das disposições da Lei nº 5.764/1971, bem como com base no entendimento jurisprudencial atual, esta Administradora Judicial entende que, em relação as cédulas de crédito titularizadas da Cooperativa, ora Credora, não se enquadra a extraconcursalidade do §13º, do art. 6º, da Lei nº 11.101/2005.

Ainda, em análise ao contrato, esta Administradora Judicial informa que esse não possui nenhuma garantia acordada pelas partes no momento da pactuação da Cédula de Crédito Bancário assim sendo, uma vez que o referido título não possui qualquer garantia real, esta Administradora Judicial entende que esse deve ser reclassificadas como Crédito Quirografário (Classe III) no valor de **R\$ 96.428,64 (noventa e seis mil quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos)**.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória entregue pelo Credor e as Recuperandas, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada, sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e retificando a monta concursal para o importe de **R\$ 233.859,79 (duzentos e trinta e três mil oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos)**, sendo reclassificado a **Classe III – Créditos Quirografários**.

1.3 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO – Banco Bradesco S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.377.715,41	Exclusão do Crédito	Exclusão do Crédito

O Credor Banco Bradesco S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão do crédito de sua titularidade dos efeitos da recuperação judicial.

Em apertada síntese, alega o Credor que as Recuperandas não especificaram com exatidão as operações realizadas, bem como, que os créditos relacionados pelas devedores provenientes das Cédulas de Crédito Bancários ns.º 6113268 e 6117199 nos valores de **R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil)** e **R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil)** respectivamente, não são sujeitos aos efeitos da RJ, tendo em vista serem garantidos por alienação fiduciária, nos termos do art. 49, § 3º da Lei nº 11.101/2005.

Assim, em análise as aludidas cédulas, esta Administradora Judicial esclarece que, as CCBs possuem bens móveis ofertados em garantia fiduciária, os quais sejam discriminados:

- i) **CCB n.º 6113268** garantido pelo seguinte bem: Cam. Trator, modelo Volvo FH 540 6x4T, cilindrada 1280Cil, potência/CV 540CV, cor branca, serial 919318, motor D13\*8074940\*c2\*E, série 2 SR OSR01183030, ano fabricação 2022, ano modelo 2022, renavam 319472 e chassi 9BVRG40D0NE 919318;
- ii) **CCB n.º 6117199** garantido pelo seguinte bem: Cam. Trator, modelo XF FTS SC Comfort D2, 85, cilindrada: 13, potência/CV 480CV, cor iron grey, motor R026804, fab./mod. 2022/2023 e chassi 98PTSH430PB132822.

Dessa forma, em análise das Cédulas de Crédito Bancárias celebradas entre as partes, esta Administradora Judicial destaca que, essas possuem garantias fiduciárias vinculada àqueles negócios jurídicos e, por possuírem garantia de alienação fiduciária, faz-se necessário tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos



por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente *in verbis*:

**“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial<sup>18</sup>”. (Destacamos)**

**“Impugnação de crédito. Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios. Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/SP. Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia. Recurso provido, com observação<sup>19</sup>”. (Destacamos)**

Deste modo, em exame das **cédulas de créditos bancários e das respectivas garantias**, tem-se que fora estabelecido que a integralidade do saldo devedor seria garantida através das alienações fiduciárias, a saber:

Cédula de Crédito Bancário n.º **6113268** com valor do débito de **R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil)**:

<b>II - Características da Operação</b>	
<b>1 - Valor dos Recursos</b>	
1.1 - Valor Total do Crédito	
R\$ 770.000,00	
Equivalente ao valor financiado do(s) Bem(ns) objeto(s) desta operação quando for o caso, acrescido do Encargo por Concessão de Garantia pelo FGI - ECG, calculado conforme cláusula 3.1 desta cédula.	
1.2 - Valor Financiado do Bem	1.3 - Capital de Giro Associado
R\$ 770.000,00	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
<b>IV - Garantia(s) Real(is)</b>	
Alienação Fiduciária de Bem(ns) Móvel(is)	
Descrição do(s) Bem(ns) Financiado(s)	
Quantidade	Descrição
1	2914804 - CAMINHÃO - FH 6X4 - de 400 CV até 540 CV
Nome da Vendedora/Fabricante ou Distribuidor(a) Autorizada	
NORDICA VEICULOS S.A.	
CNPJ/MF	
77.997.187/0001-74	
Endereço de Instalação/Localização do(s) Bem(ns)	
Endereço:	
CNPJ/MF	
36.603.327/0001-03	
<input checked="" type="checkbox"/> Matriz ou <input type="checkbox"/> Filial	
Cidade	UF
SAO JOAO	PR
CEP	85570-000
OBS.: Após o registro da(s) garantia(s) no Oficial de Registro de Imóvel competente, ou no Oficial de Títulos e Documentos, ou em outro órgão público, conforme a modalidade da garantia prestada ocorrerá o faturamento do(s) bem(ns) financiado(s), descrito no Orçamento, anexo a esta Cédula, emitido pela Vendedora/Fabricante ou Distribuidora Autorizada. Os detalhes do(s) Bem(ns) Financiado(s), bem como o número de Série e/ou Chassi constarão na respectiva Nota Fiscal.	

18 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.  
19 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.

Cédula de Crédito Bancário n.º **61171999** com valor do débito de **R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil):**

[illegible]



Desta feita, após a verificação dos aludidos contratos, tem-se o seguinte cenário:

Cédula de Crédito Bancário	Valor total atualizado	Valor do bem dado em garantia	Valor remanescente
6113268	R\$ 770.000,00	R\$ 770.000,00	-
6117199	R\$ 705.000,00	R\$ 705.000,00	-
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.475.000</b>		-

Assim, considerando que a integralidade do contrato é coberta pela garantia fiduciária, é medida que se impõe reconhecer a extraconcursalidade integral do importe em sintonia ao pedido do credor, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA** da **Divergência** apresentada, **sendo seus créditos excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade**.

#### 1.4 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO – Banco Itaucard S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 2.181.067,08	Exclusão do Crédito	R\$ 632.840,39

O Credor Banco Itaucard S/A apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão do crédito de sua titularidade referente dos efeitos da recuperação judicial.

Em apertada síntese, alega o Credor que as Recuperandas habilitaram em seu favor o crédito referente ao contrato n.º 30290-686994260 (proposta n.º 19436758/0001), contudo, esse aponta que não é sujeito aos efeitos da RJ, tendo em vista ser garantido por alienação fiduciária, nos termos do art. 49, § 3º da Lei n.º 11.101/2005.

Pois bem.

Inicialmente, após verificação nos documentos e registros apresentados pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial verificou que, além do contrato objeto da Divergência, há mais 2 (dois) outros contratos relacionados nos autos de Recuperação Judicial em favor do Credor, sendo eles: i) Cédula de Crédito Bancário n.º 17515599 no valor de **R\$ 925.539,45 (novecentos e vinte e cinco mil quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos)** e ii) Cédula de Crédito Bancário n.º 19051566 no valor de **R\$ 998.411,57 (novecentos e noventa e oito mil quatrocentos e onze reais e cinquenta e sete centavos)**

Dessa forma, em exame aos respectivos contratos, a AJ esclarece que as 3 (três) Cédulas de Créditos Bancários mencionas alhures (CCBs ns.º **19436758, 17515599 e 19051566**) possuem garantias fiduciárias.

Assim, em análise das Cédulas de Crédito Bancárias celebradas entre as partes, esta Administradora Judicial destaca que, essas possuem garantias fiduciárias vinculada àqueles negócios jurídicos e, por possuírem garantia de alienação fiduciária, faz-se necessário tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário,**

**sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente *in verbis*:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. **SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA**. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). **Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários**. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial<sup>20</sup>”. (Destacamos)

“Impugnação de crédito. **Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios**. Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/SP. **Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia**. Recurso provido, com observação<sup>21</sup>”. (Destacamos)

Deste modo, em observação as cédulas de créditos bancários e das respectivas garantias, tem-se que fora estabelecido que a parcialidade do saldo devedor seria garantida através das alienações fiduciárias, a saber:

Cédula de Crédito Bancário **n.º 19436758** com valor total do débito de **R\$ 263.889,37 (duzentos e sessenta e três mil oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos)**:

CET - CUSTO EFETIVO TOTAL DA OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE BENS				
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (Credor): ITAUCARD			PROPOSTA n.º 19436758 / 0001	
			CNPJ: 17192451000170	
ATENÇÃO: A efetiva contratação da operação de crédito, nestas condições, depende de autorização da Instituição Financeira responsável pela presente proposta.				
A - INFORMAÇÕES GERAIS: DADOS DO SOLICITANTE, DO VEÍCULO E DO FORNECEDOR				
A.1	Razão Social: TRANSLAURA TRANSP RODOV LTDA			CNPJ: 33927775000166
	Endereço e telefone de contato: RUA ESPERANÇA 528 - SÃO JOÃO - PR CEP: 85570-000 - Tel: (00044) 933339000			
A.2	Veículo: XXXXXXXX	Marca: SEMI-REBOQUE	Modelo: GRANELERO 4E(C/PNEUS) 508	Combustível: Cor: XXXXXXXX
A.3	Ano/Modelo: 2023/2023		CPF/CNPJ: 478101000000608	
A.3	Fornecedor: AOKI			
B - VALOR FINANCIADO (PRINCIPAL + ACESSÓRIOS + SERVIÇOS DE TERCEIROS FINANCIADOS A PEDIDO DO SOLICITANTE)				% (%)
B.1	Valor do veículo à vista			250.000,00

20 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.  
21 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.

**6. Garantia - O Cliente constitui em favor do Credor a garantia de alienação fiduciária sobre o(s) bem(ns) cuja descrição será complementada com os dados constantes da respectiva Nota Fiscal e/ou pelos dados constantes do CRV, no caso de veículos. Esses documentos integrarão esta CCB para todos os fins e efeitos. O Cliente declara-se ciente de que esta CCB deverá ser registrada no órgão de registro competente no prazo máximo de 30 dias de sua emissão, nos casos de bens diferentes de veículos. Em caso de veículos, os registros de constituição de garantia, necessários à emissão do CRV (art. 1.361, §1º do Código Civil) deverão ser realizados pelo Cliente, ou, se preferir, por meio do Credor, ocasião que os respectivos custos poderão ser financiados e integrados ao CET.**

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO					
Operação de Financiamento para Aquisição de Bens - PJ Proposta de Crédito: 19436758					
1. DESCRIÇÃO DO(S) BEN(S) / IMPLEMENTO(S):					
TIPO (Novo ou Usado)	IMPLEMENTO (Sim ou Não)	QTDE.	CHASSI* OU NOTA FISCAL	PLACA (se veículo usado)	VALOR UNITÁRIO R\$
NOVO	NAO	01	CONF.NF.		250.000,00

Cédula de Crédito Bancário n.º **17515599** com valor total do débito de **R\$ 925.539,45 (novecentos e vinte mil quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos):**

CET - CUSTO EFETIVO TOTAL DA OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE BENS					
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (Credor): -ITAUCARD				PROPOSTA n.º 17515599 / 0001	
				CNPJ: 17192451000170	
ATENÇÃO: A efetiva contratação da operação de crédito, nestas condições, depende de autorização da Instituição Financeira responsável pela presente proposta.					
A	INFORMAÇÕES GERAIS: DADOS DO SOLICITANTE, DO VEÍCULO E DO FORNECEDOR				
Razão Social: ELIANE VISMESKI TRANSPORTES				CNPJ: 30661500000105	
A.1	Endereço e telefone de contato: RUA EXPEDICIONARIOS 00, SAO JOAO - PR CEP: 85270-000 - Tel: (00045) 033338000				
A.2	Veículo: XXXXXXXX	Marca: DAF	Modelo: XF F13490SPACEBAUT 6X2E D2B	Combustível:	Cor: XXXXXXXX
A.3	Ano/Modelo: 2022/2022				
Fornecedor: BARBULI CAMINHONES				CPE/CNPJ: 17555253000160	
B	VALOR FINANCIADO (PRINCIPAL + ACESSÓRIOS + SERVIÇOS DE TERCEIROS FINANCIADOS A PEDIDO DO SOLICITANTE)				
B.1	Valor do veículo à vista				660.000,00

**6. Garantia - O Cliente constitui em favor do Credor a garantia de alienação fiduciária sobre o(s) bem(ns) cuja descrição será complementada com os dados constantes da respectiva Nota Fiscal e/ou pelos dados constantes do CRV, no caso de veículos. Esses documentos integrarão esta CCB para todos os fins e efeitos. O Cliente declara-se ciente de que esta CCB deverá ser registrada no órgão de registro competente no prazo máximo de 30 dias de sua emissão, nos casos de bens diferentes de veículos. Em caso de veículos, os registros de constituição de garantia, necessários à emissão do CRV (art. 1.361, §1º do Código Civil) deverão ser realizados pelo Cliente, ou, se preferir, por meio do Credor, ocasião que os respectivos custos poderão ser financiados e integrados ao CET.**

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO					
Operação de Financiamento para Aquisição de Bens - PJ Proposta de Crédito: 17515599					
1. DESCRIÇÃO DO(S) BEN(S) / IMPLEMENTO(S):					
TIPO (Novo ou Usado)	IMPLEMENTO (Sim ou Não)	QTDE.	CHASSI* OU NOTA FISCAL	PLACA (se veículo usado)	VALOR UNITÁRIO R\$
NOVO	Nao	01	CFO NOTA FISCAL		660.000,00

Cédula de Crédito Bancário n.º **19051566** com valor total do débito de **R\$ 998.411,57 (novecentos e noventa e oito mil quatrocentos e onze reais e cinquenta e sete centavos):**



CET - CUSTO EFETIVO TOTAL DA OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE BENS	
PROPOSTA n.º 19051566 / 0001	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (Credor): -ITAUCARD	
CNPJ: 17192451000170	
ATENÇÃO: A efetiva contratação da operação de crédito, nestas condições, depende de autorização da Instituição Financeira responsável pela presente proposta.	
A - INFORMAÇÕES GERAIS: DADOS DO SOLICITANTE, DO VEÍCULO E DO FORNECEDOR	
Razão Social: ELIANE VISENSKI TRANSPORTES	
CNPJ: 30681500000105	
A.1 Endereço e telefone de contato: R. ESPERANCA 529, BARRAÇÃO - PR	
CEP: 85700-000 - Tel: (0048) 035338600	
A.2 Veículo: XXXXXXXX	
Marca: VOLKSWAGEN	
Modelo: 25 460	
CONSTELLATIONTRACTO D2B	
Combustível: Cor: XXXXXXXX	
A.3 Fornecedor: ICAVEL FRANCISCO BELTRAO	
CPF/CNPJ: 84938430000149	
B - VALOR FINANCIADO (PRINCIPAL + ACESSÓRIOS + SERVIÇOS DE TERCEIROS FINANCIADOS A PEDIDO DO SOLICITANTE)	
B.1 Valor do veículo à vista	
645.000,00	

**6. Garantia** - O Cliente constitui em favor do Credor a garantia de alienação fiduciária sobre o(s) bem(ns) cuja descrição será complementada com os dados constantes da respectiva Nota Fiscal e/ou pelos dados constantes do CRV, no caso de veículos. Esses documentos integrarão esta CCB para todos os fins e efeitos. O Cliente declara-se ciente de que esta CCB deverá ser registrada no órgão de registro competente no prazo máximo de 30 dias de sua emissão, nos casos de bens diferentes de veículos. Em caso de veículos, os registros de constituição de garantia, necessários à emissão do CRV (art. 1.361, §1º do Código Civil) deverão ser realizados pelo Cliente, ou, se preferir, por meio do Credor, ocasião que os respectivos custos poderão ser financiados e integrados ao CET.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO					
Operação de Financiamento para Aquisição de Bens - PJ Proposta de Crédito: 19051566					
1. DESCRIÇÃO DO(S) BEM(S) / IMPLEMENTO(S):					
TIPO (Novo ou Usado)	IMPLEMENTO (Sim ou Não)	QTDE.	CHASSI* OU NOTA FISCAL	PLACA (se veículo usado)	VALOR UNITÁRIO R\$
NOVO	NAO	01	CONF. NOTA FISCAL		645.000,00

Desta feita, após a verificação dos aludidos contratos, tem-se o seguinte cenário:

Cédula de Crédito Bancário	Valor total atualizado	Valor do bem dado em garantia	Valor remanescente
19436758	R\$ 263.889,37	R\$ 250.000,00	R\$ 13.889,37
17515599	R\$ 925.539,45	R\$ 660.000,00	R\$ 265.539,45
19051566	R\$ 998.411,57	R\$ 645.000,00	R\$ 353.411,57
Total	R\$ 2.187.840,39		R\$ 632.840,39

Veja-se que, conforme mencionado alhures, em que pese os contratos em análise possuam alienação fiduciária de bem móvel, parte do importe oriundo dos contratos é concursal, pois o valor da garantia não cobre o valor total do débito de seus respectivos contratos, devendo o valor remanescente ser habilitado na Classe III – Créditos Quirografários.

Neste sentido, leciona o Doutrinador Marcelo Barbosa Sacramone:

“(…). Na disciplina da propriedade fiduciária sobre bem móvel infungível, regulada pelo art. 1.366 do Código Civil, e sobre bem móvel fungível, regulada pela Lei do Mercado de Capitais, quando vendida obrigatoriamente a coisa móvel e o produto não bastar para o pagamento da dívida e das despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo restante. **O valor do crédito remanescente, entretanto, não possui qualquer privilégio em relação aos demais, de modo que se sujeita aos efeitos da recuperação judicial como crédito quirografário, caso não possua outra garantia.**”<sup>22</sup>(Destacamos)

22 Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência/Marcelo Barbosa Sacramone. 4ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. Pág.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória entregue pelo Credor e as Recuperandas, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada, sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade e retificado a monta concursal para o importe de **R\$ 632.840,39 (seiscentos e trinta e dois mil oitocentos e quarenta reais e trinta e nove centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

### 1.5 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO – Banco Volkswagen S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 3.023.717,30	Exclusão do Crédito	R\$ 146.174,66

O Credor Banco Volkswagen S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão do crédito de sua titularidade dos efeitos da recuperação judicial e, subsidiariamente, caso se entenda pela concursalidade, requereu a retificação do valor para **R\$ 2.208.976,51 (dois milhões duzentos e oito mil novecentos e setenta e seis reais e cinquenta e um centavos)**, atualizado até 05/05/2023.

Em apertada síntese, alega o Credor, que os créditos relacionados pelas Devedoras provenientes das Cédulas de Crédito Bancários n.º 48125856 (10181837) no valor de **R\$ 666.200,94 (seiscentos e sessenta e seis mil duzentos reais e noventa e quatro centavos)**, a CCB n.º 48622671 (10332505) no valor de **R\$ 268.365,42 (duzentos e sessenta e oito mil trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos)**, a CCD n.º 48691169 (10358179) no valor de **R\$ 638.380,93** e a CCB n.º 48691207 (10358241) no valor de **R\$ 636.029,22 (seiscentos e trinta e seis mil vinte e nove reais e vinte e dois centavos)**, não são sujeitos aos efeitos da RJ, tendo em vista que esses são garantidos por alienação fiduciária, nos termos do art. 49, § 3º da Lei n.º 11.101/2005.

Assim, em análise as aludidas cédulas, esta Administradora Judicial esclarece que, as CCBs possuem bens móveis ofertados em garantia fiduciária, os quais sejam discriminados:

- i) **CCB n.º 48125856** garantido pelo seguinte bem: marca Volkswagen, modelo TKS – 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor branco-geada e chassi: 953698TK6PR019066;
- ii) **CCB n.º 48622671** garantido pelo seguinte bem: modelo Graneleiro 4E (c/Pneus), ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor preta e chassi: 9ADG1354NPM516459;
- iii) **CCB n.º 48691169** garantido pelo seguinte bem: marca Volkswagen, modelo TKS – 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor Azul-Unique e chassi 953698TK7PT024146; e
- iv) **CCB n.º 48691207** garantido pelo seguinte bem: marca Volkswagen, modelo TKS – 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor Cinza-cosmos e chassi 953698TK5PR025148.

Dessa forma, em análise das Cédulas de Crédito Bancárias celebradas entre as partes, esta Administradora Judicial destaca que, essas possuem garantias fiduciárias vinculada àqueles negócios jurídicos e, por possuírem garantia de alienação fiduciária, faz-se necessário tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente *in verbis*:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.** CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. **SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA.** COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). **Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários.** 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial<sup>23</sup>”. (Destacamos)

“Impugnação de crédito. **Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios.** Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/ SP. **Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia.** Recurso provido, com observação<sup>24</sup>”. (Destacamos)

Deste modo, em observação as cédulas de créditos bancários e das respectivas garantias, tem-se que fora estabelecido que a apenas parte do saldo devedor seria garantida através da alienação fiduciária, a saber:

Cédula de Crédito Bancário n.º **48125856** com valor do débito de **R\$ 666.200,94 (seiscentos e sessenta e seis mil duzentos reais e noventa e quatro centavos)**:

QUADRO 5 – Especificações Gerais do Crédito Consolidado					
Valor do Veículo	Valor Adicional(s) Pagar(s)/Serviço	do(s)	Valor da Entrada	Prêmio do(s) Seguro(s)	Valor Total
R\$ 645.000,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 645.000,00
CADASTRO: não tem	AVALIAÇÃO: não tem	IPF: não vista	Despesas do emitente	Valor Líquido Financiado	CET a.a
( ) à vista (x) financ.	( ) à vista (x) financ.	(x) financ. ( ) isento	( ) à vista (x) financ.		
R\$ 2.290,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 350,00	R\$ 647.640,00	16,83 %
Periodicidade	Quantidade de Prestações	Valor Total da Prestação R\$	1º Vencimento	Último Vencimento	
MENSAL	55	17.661,85	18/02/2023	18/08/2027	
Prazo da CÉDULA:	60 Meses	Modelo:	Valor Total da CÉDULA		
		PREFIXADA	R\$		971.401,75

QUADRO 6 – GARANTIA CEDULARMENTE CONSTITUÍDA

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DO VEÍCULO ADQUIRIDO E IDENTIFICADO NO QUADRO 1.

(\*) A descrição do veículo constitutivo da garantia poderá ser substituída pela Nota Fiscal anexo que integrará a CÉDULA para todos os fins.

de amortização.

**8 ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA:** O EMITENTE, em favor do BANCO VOLKSWAGEN, constitui a garantia de ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA que passa a onerar o VEÍCULO adquirido e identificado no QUADRO 1. O EMITENTE investe-se, assim, na condição de POSSUIDOR DIRETO e DEPOSITÁRIO do VEÍCULO, com todas as responsabilidades que, em decorrência dessa condição, lhe cominam a lei civil e penal. O EMITENTE será responsável em providenciar, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de emissão desta CÉDULA, o(s) CERTIFICADO(S) de PROPRIEDADE do VEÍCULO, com o respectivo registro do gravame.

**8.1** A venda, permuta, cessão, dação, constituição de garantia em favor de terceiro do VEÍCULO sem o consentimento prévio e expresso do BANCO VOLKSWAGEN, sujeitará ao VEÍCULO a APREENSÃO JUDICIAL e tipificará ESTELIONATO, nos termos do parágrafo 2º, inciso I, do artigo 171 do Código Penal Brasileiro.

**8.2** EXCLUSIVAMENTE para a operação de FINAME, a ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA que serve a esta CÉDULA foi constituída no CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA N° MEDIANTE RECURSOS ORIGINÁRIOS DE REPASSE DA AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME (OU DO BNDES). A inadimplência de qualquer uma das obrigações estabelecidas nesses instrumentos acarretará o VENCIMENTO ANTECIPADO das operações considerando-se imediatamente exigível esta garantia. A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA será utilizada prioritariamente para quitação das operações de FINAME.

23 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.  
24 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.



Cédula de Crédito Bancário n.º **48622671** com valor do débito de **R\$ 268.365,42** (duzentos e sessenta e oito mil trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos):

QUADRO 1 – Especificações Gerais do Crédito Consolidadas						
Valor do Veículo	Valor Adicional(s)/Pagas/Serviços	do(s)	Valor da Entrada	Prêmio do(s) Seguro(s)	Valor Total	
R\$ 265.150,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 265.150,00	
CADASTRO ( ) não (x) sim	AVLiação ( ) não (x) sim	IOF ( ) à vista (x) financ. ( ) isento	Despesas do emitente ( ) à vista (x) financ. ( ) isento	Valor Líquido Financiado	CET a.a	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 350,00	R\$ 265.500,00	18,43 %	
Periodicidade	Quantidade de Prestações	Valor Total da Prestação R\$	1º Vencimento	Último Vencimento		
MENSAL	58	6.942,77	12/03/2023	12/12/2027		
Prazo da CÉDULA:	60	Modidade:	Valor Total da CÉDULA			
	Meses	PREFIXADA	R\$		402.680,66	

QUADRO 6 – GARANTIA CÉDULARMENTE CONSTITUÍDA

ALIENACAO FIDUCIARIA DO VEICULO ADQUIRIDO E IDENTIFICADO NO QUADRO 1.

(\*) A descrição do veículo constitutivo da garantia poderá ser substituída pela Nota Fiscal anexa que integrará a CÉDULA para todos os fins.

de amortização.

**8 ALIENACAO FIDUCIARIA:** O EMITENTE, em favor do BANCO VOLKSWAGEN, constitui a garantia de ALIENACAO FIDUCIARIA que passa a onerar o VEICULO adquirido e identificado no QUADRO 1. O EMITENTE investe-se, assim, na condição de POSSUIDOR DIRETO e DEPOSITARIO do VEICULO, com todas as responsabilidades que, em decorrência dessa condição, lhe cominam a lei civil e penal. O EMITENTE será responsável em providenciar, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de emissão desta CÉDULA, o(s) CERTIFICADO(S) de PROPRIEDADE do VEICULO, com o respectivo registro do gravame.

**8.1** A venda, permuta, cessão, dação, constituição de garantia em favor de terceiro do VEICULO sem o consentimento prévio e expresse do BANCO VOLKSWAGEN, sujeitará ao VEICULO a APREENSAO JUDICIAL e tipificará ESTELIONATO, nos termos do parágrafo 2º, inciso I, do artigo 171 do Código Penal Brasileiro.

**8.2 EXCLUSIVAMENTE** para a operação de FINAME, a ALIENACAO FIDUCIARIA que serve a esta CÉDULA foi constituída no CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO COM GARANTIA DE ALIENACAO FIDUCIARIA Nº MEDIANTE RECURSOS ORIGINARIOS DE REPASSE DA AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME (OU DO BNDES). A inadimplência de qualquer uma das obrigações estabelecidas nesses instrumentos acarretará o VENCIMENTO ANTECIPADO das operações considerando-se imediatamente exigível esta garantia. A ALIENACAO FIDUCIARIA será utilizada prioritariamente para quitação das operações de FINAME.

Cédula de Crédito Bancário n.º **48691169** com valor do débito de **R\$ 638.380,93** (seiscentos e trinta e oito mil trezentos e oitenta reais e noventa e três centavos):

QUADRO 1 – Especificações Gerais do Crédito Consolidadas						
Valor do Veículo	Valor Adicional(s)/Pagas/Serviços	do(s)	Valor da Entrada	Prêmio do(s) Seguro(s)	Valor Total	
R\$ 741.500,00	R\$ 0,00		R\$ 122.500,00	R\$ 0,00	R\$ 619.000,00	
CADASTRO ( ) não (x) sim	AValiação ( ) não (x) sim	IOF ( ) à vista (x) financ. ( ) isento	Despesas do emitente ( ) à vista (x) financ. ( ) isento	Valor Líquido Financiado	CET a.a	
R\$ 2.290,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 350,00	R\$ 621.640,00	16,76 %	
Periodicidade	Quantidade de Prestações	Valor Total da Prestação R\$	1º Vencimento	Último Vencimento		
MENSAL	58	15.730,58	26/03/2023	26/12/2027		
Prazo da CÉDULA:	60	Modalidade:	Valor Total da CÉDULA			
	Meses	PREFIXADA	R\$ 912.373,64			

QUADRO 2 – GARANTIA CÉDULARMENTE CONSTITUÍDA

ALIENACAO FIDUCIARIA DO VEICULO ADQUIRIDO E IDENTIFICADO NO QUADRO 1.

(\*) A descrição do veículo constitutivo da garantia poderá ser substituída pela Nota Fiscal anexa que integrará a CÉDULA para todos os fins.

de amortização.

**8 ALIENACAO FIDUCIARIA:** O EMITENTE, em favor do BANCO VOLKSWAGEN, constitui a garantia de ALIENACAO FIDUCIARIA que passa a onerar o VEICULO adquirido e identificado no QUADRO 1. O EMITENTE investe-se, assim, na condição de POSSUIDOR DIRETO e DEPOSITARIO do VEICULO, com todas as responsabilidades que, em decorrência dessa condição, lhe cominam a lei civil e penal. O EMITENTE será responsável em providenciar, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de emissão desta CÉDULA, o(s) CERTIFICADO(S) de PROPRIEDADE do VEICULO, com o respectivo registro do gravame.

**8.1** A venda, permuta, cessão, dação, constituição de garantia em favor de terceiro do VEICULO sem o consentimento prévio e expresse do BANCO VOLKSWAGEN, sujeitará ao VEICULO a APREENSAO JUDICIAL e tipificará ESTELIONATO, nos termos do parágrafo 2º, inciso I, do artigo 171 do Código Penal Brasileiro.

**8.2 EXCLUSIVAMENTE** para a operação de FINAME, a ALIENACAO FIDUCIARIA que serve a esta CÉDULA foi constituída no CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO FIXO COM GARANTIA DE ALIENACAO FIDUCIARIA Nº MEDIANTE RECURSOS ORIGINARIOS DE REPASSE DA AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME (OU DO BNDES). A inadimplência de qualquer uma das obrigações estabelecidas nesses instrumentos acarretará o VENCIMENTO ANTECIPADO das operações considerando-se imediatamente exigível esta garantia. A ALIENACAO FIDUCIARIA será utilizada prioritariamente para quitação das operações de FINAME.



Cédula de Crédito Bancário n.º **48691207** com valor do débito de **R\$ 636.029,22 (seiscentos e trinta e seis mil vinte e nove reais e vinte e dois centavos):**

QUADRO 5 – Especificações Gerais do Crédito Consolidadas						
Valor do Veículo	Valor Acessório(Peças/Serviços)	do(s)	Valor da Entrada	Prêmio do(s) Seguro(s)	Valor Total	
R\$ 741.500,00	R\$ 0,00		R\$ 122.500,00	R\$ 0,00	R\$ 619.000,00	
CADASTRO GERAL ( ) sim ( ) a vista (x) financ.	AVLUAÇÃO JONDO ( ) sim ( ) a vista (x) financ.	IOF ( ) a vista (x) financ.	Despesas do emitente ( ) a vista (x) financ.	Valor Líquido Financiado	CET a.a	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 350,00	R\$ 619.350,00	16,76 %	
Periodicidade	Quantidade de Prestações	Valor Total da Prestação R\$		1º Vencimento	Último Vencimento	
MENSAL	58	15.672,63		26/03/2023	26/12/2027	
Prazo de CÉDULA	60 Meses	Modalidade:		Valor Total da CÉDULA		
		PREFIXADA		R\$ 909.012,54		

QUADRO 6 – GARANTIA CEDULARMENTE CONSTITUÍDA

ALIEAÇÃO FIDUCIÁRIA DO VEÍCULO ADQUIRIDO E IDENTIFICADO NO QUADRO 1.

(\*) A descrição do veículo constitutivo da garantia poderá ser substituída pela Nota Fiscal anexa que integrará a CÉDULA para todos os fins.

de amortização.

**8 ALIEAÇÃO FIDUCIÁRIA:** O EMITENTE, em favor do BANCO VOLKSWAGEN, constitui a garantia de ALIEAÇÃO FIDUCIÁRIA que passa a onerar o VEÍCULO adquirido e identificado no QUADRO 1. O EMITENTE investe-se, assim, na condição de POSSUIDOR DIRETO e DEPOSITÁRIO do VEÍCULO, com todas as responsabilidades que, em decorrência dessa condição, lhe cominam a lei civil e penal. O EMITENTE será responsável em providenciar, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de emissão desta CÉDULA, o(s) CERTIFICADO(S) de PROPRIEDADE do VEÍCULO, com o respectivo registro do gravame.

**8.1** A venda, permuta, cessão, dação, constituição de garantia em favor de terceiro do VEÍCULO sem o consentimento prévio e expresso do BANCO VOLKSWAGEN, sujeitará ao VEÍCULO a APREENSÃO JUDICIAL e tipificará ESTELIONATO, nos termos do parágrafo 2º, inciso I, do artigo 171 do Código Penal Brasileiro.

**8.2** EXCLUSIVAMENTE para a operação de FINAME, a ALIEAÇÃO FIDUCIÁRIA que serve a esta CÉDULA foi constituída no CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO COM GARANTIA DE ALIEAÇÃO FIDUCIÁRIA N° MEDIANTE RECURSOS ORIGINÁRIOS DE REPASSE DA AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME (OU DO BNDES). A inadimplência de qualquer uma das obrigações estabelecidas nesses instrumentos acarretará o VENCIMENTO ANTECIPADO das operações considerando-se imediatamente exigível esta garantia. A ALIEAÇÃO FIDUCIÁRIA será utilizada prioritariamente para quitação das operações de FINAME.

Desta feita, após a verificação das aludidas cédulas, tem-se o seguinte cenário:

Cédula de Crédito Bancário	Valor total atualizado	Valor do bem dado em garantia	Valor remanescente
48125856	R\$ 666.200,94	R\$ 645.000,00	R\$ 21.200,94
48622671	R\$ 268.365,42	R\$ 265.150,00	R\$ 3.215,42
48691169	R\$ 638.380,93	R\$ 741.500,00	-
48691207	R\$ 636.029,22	R\$ 741.500,00	-
Total	R\$ 2.208.976,51		R\$ 24.416,36

Veja-se que, conforme mencionado alhures, em que pese os contratos em análise possuam alienação fiduciária de bem móvel, parte do importe oriundo dos contratos é concursal, pois o valor da garantia não cobre o valor total do débito de seus respectivos contratos, devendo o valor remanescente ser habilitado na Classe III – Créditos Quirografários.

Neste sentido, leciona o Doutrinador Marcelo Barbosa Sacramone:

“(…). Na disciplina da propriedade fiduciária sobre bem móvel infungível, regulada pelo art. 1.366 do Código Civil, e sobre bem móvel fungível, regulada pela Lei do Mercado de Capitais, quando vendida obrigatoriamente a coisa móvel e o produto não bastar para o pagamento da dívida e das despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo restante. **O valor do crédito remanescente, entretanto, não possui qualquer privilégio em relação aos demais, de modo que se sujeita aos efeitos da recuperação judicial como crédito quirografário, caso não possua outra garantia.**”<sup>25</sup>(Destacamos)

Noutro ponto, além das CCBs acima abordadas, esta Administradora Judicial informa que há em favor do credor a Cédula de Crédito Bancário n.º 10331311 também garantia parcialmente por

25 Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência/Marcelo Barbosa Sacramone. 4ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. Pág. 226

alienação fiduciária, tendo o saldo remanescente no valor de **R\$ 121.758,30 (cento e vinte um mil setecentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos)**.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória entregue pelo Credor e pelas Recuperandas, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada, sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade e retificado a monta concursal para o importe de **R\$ 146.174,66 (cento e quarenta e seis mil cento e setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

#### 1.6 HABILITAÇÃO DE CRÉDITO – Banco Volvo (Brasil) S.A.

Valor apresentado pelas Recuperandas	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 935.436,32	Exclusão do Crédito	R\$ 13.256,39

O Credor Banco Volvo (Brasil) S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão de integralidade do crédito de sua titularidade dos efeitos da recuperação judicial.

Em apertada síntese, alega o Credor, que o crédito relacionado pelas Recuperandas proveniente das Cédula de Crédito Bancários n.º 870635 no valor de **R\$ 719.256,39 (setecentos e dezenove mil duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos)**, não é sujeito aos efeitos da RJ, tendo em vista que o mesmo é garantido por alienação fiduciária, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei n.º 11.101/2005.

Dessa forma, em análise do aludido título, esta AJ esclarece fora ofertado em garantia fiduciária o seguinte bem móvel à **CCB n.º 870635**: marca Volto, modelo Volvo FH 462 6x2T, ano fab. 2022, ano mod. 2022 e chassi 9BVRG20C8NE922482.

Dessa forma, observando a Cédula De Crédito Bancário celebrada entre as partes, esta Administradora Judicial destaca que, essa possui garantia fiduciária vinculada àquele negócio jurídico e, por possuir garantia de alienação fiduciária, faz-se necessário tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente *in verbis*:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. **SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA**. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). **Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários**. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo

da Recuperação Judicial<sup>26</sup>". (Destacamos)

"Impugnação de crédito. **Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios.** Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/ SP. **Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia.** Recurso provido, com observação<sup>27</sup>". (Destacamos)

Deste modo, em observação as cédulas de créditos bancários e das respectivas garantias, tem-se que fora estabelecido que a apenas parte do saldo devedor seria garantida através da alienação fiduciária, a saber:

Cédula de Crédito Bancário n.º **870635** com valor do débito de **R\$ 719.256,39 (setecentos e dezenove mil duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos):**

<b>VII - Garantias</b>	
Alienação fiduciária sobre os bens objeto do financiamento ou outros bens que sejam dados em garantia adicional, a ser aperfeiçoada mediante a anotação, pelo Credor, no Sistema Nacional de Gravames, devendo permanecer até a integral liquidação da dívida resultante do financiamento do respectivo bem. Garantia fidejussória das pessoas qualificadas como Avalista(s).	
<b>8. GARANTIAS.</b> Sujeitas a estas Condições Específicas e às Condições Gerais desta Cédula, constituem-se em favor do Credor as seguintes garantias: (a) <b>ALIENACÃO FIDUCIÁRIA DE BEM(NS) MÓVEL(IS)</b> em relação aos Bens Financiados e aos bens descritos no Quadro "Garantias Adicionais" do preâmbulo desta Cédula; e (b) <b>AVAL</b> da(s) pessoa(s) nomeada(s) e qualificada(s) no Quadro "Avalistas" do preâmbulo desta Cédula.	
<b>IV - Características do Crédito</b>	
Valor do Financiamento: R\$ 706.000,00	IOF (calculados até a data de emissão da Cédula, conforme percentuais vigentes: R\$ 12.552,73)
Tarifas:	
- Tarifa de Cadastro/Tarifa de Abertura de Crédito: R\$ 2.300,00	
- Outras tarifas: R\$ 0,00	
Prêmio de Seguro do Bem: R\$ 0,00	
Prêmio de Seguro Prestamista (Vida): R\$ 0,00	
Total Financiado (acrescido do valor do IOF e Seguro, se aplicável): R\$ 720.852,73	
Número de Parcelas: 58	
Vencimento da 1ª Parcela: 18/10/2022 Vencimento da Última Parcela: 18/07/2027	
Valor de cada parcela: R\$ 17.989,16	
Juros Remuneratórios: Pré-fixados à taxa de 1,25% a.m.	

Desta feita, após a verificação dos aludidos contratos, tem-se o seguinte cenário:

Cédula de Crédito Bancário	Valor total atualizado	Valor do bem dado em garantia	Valor remanescente
870653	R\$ 719.256,39	R\$ 706.000,00	R\$ 13.256,39
<b>Total</b>	<b>R\$ 719.256,39</b>		<b>R\$ 13.256,39</b>

Veja-se que, como acima mencionado, em que pese o contrato em análise possua garantia por alienação fiduciária, parte do importe oriundo dos contratos é concursal, pois não fora feito a **compensação integral** daqueles, devendo o valor remanescente ser habilitado na Classe III – Créditos Quirografários.

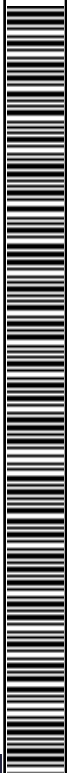
26 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.  
27 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.

Neste sentido, leciona o Doutrinador Marcelo Barbosa Sacramone:

“(…). Na disciplina da propriedade fiduciária sobre bem móvel infungível, regulada pelo art. 1.366 do Código Civil, e sobre bem móvel fungível, regulada pela Lei do Mercado de Capitais, quando vendida obrigatoriamente a coisa móvel e o produto não bastar para o pagamento da dívida e das despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo restante. **O valor do crédito remanescente, entretanto, não possui qualquer privilégio em relação aos demais, de modo que se sujeita aos efeitos da recuperação judicial como crédito quirografário, caso não possua outra garantia.**”<sup>28</sup>(Destacamos)

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória entregue pelo Credor e as Recuperandas, esta Administradora Judicial conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada, sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade e retificado a monta concursal para o importe de **R\$ 13.256,39 (treze mil duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.

28  
226 Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência/Marcelo Barbosa Sacramone. 4ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. Pág.



### **CURITIBA/PR**

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,  
Edifício World Business, Centro Cívico  
CEP 80.530-000  
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

### **MARINGÁ/PR**

Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,  
Edifício Villagio Di Itália, Zona 03,  
CEP 87.050-020  
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

### **SÃO PAULO/SP**

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP 01.310-000  
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850



[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)

[f](#) [@](#) [/marquesadmjudicial](#)

